

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os resultados da aplicação do PISA (“Programme for International Students Assessment”), em Portugal, recentemente divulgados, foram objeto de grande satisfação de toda a comunidade educativa, tendo em conta os bons resultados evidenciados pelos alunos nas áreas e competências em avaliação e, sobretudo, pela contínua evolução dos resultados, desde 2000 até ao presente.

A comparação internacional dos resultados colocou os alunos portugueses na média ou acima da média, nos domínios da literacia científica, da literacia de leitura e da literacia matemática. Na reação à divulgação destes resultados, o Bloco de Esquerda saudou os resultados positivos e destacou, entre outros, dois aspetos negativos: em primeiro lugar, o elevado nível de retenção dos alunos que é bem documentado nos resultados apresentados e, em segundo lugar, que este estudo não reflete, nos seus resultados, a realidade do ensino vocacional.

No dia 12 de dezembro, o Conselho Diretivo do IAVE (Instituto de Avaliação Educativa, I. P.) publica, no seu sítio eletrónico, uma “Nota de Esclarecimento” em que comenta um artigo de opinião da deputada Joana Mortágua, afirmando que “Na Amostra nacional do PISA de 2015, a percentagem de alunos das vias profissionalizantes (vocacionais/profissionais) foi de 13,1%”. O Bloco de Esquerda considera que esta informação é insuficiente, já que inclui, num único agregado, duas realidades bem diferentes – um percurso regular, o ensino profissional, e um percurso vocacional de currículo reduzido para o qual os alunos com mais de duas retenções eram “encaminhados”.

Sem dados desagregados, a realidade do ensino vocacional continua oculta na categoria “outros”. No entanto, na sua nota, o IAVE não adianta qualquer informação que não estivesse já disponível no estudo, aparentando ter como única motivação para o comunicado a defesa do legado do Governo PSD/CDS e do Ministro Nuno Crato, que nunca admitiram o prejuízo pedagógico e social de uma dualização tão precoce do ensino.

Desta forma, um verdadeiro esclarecimento depende da possibilidade de identificar os alunos do

ensino vocacional de básico presentes na amostra e a quem foi efetivamente aplicado o teste, sem agregação com qualquer outra via de ensino, e os seus respetivos resultados.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes informações:

1. Cópia dos estudos realizados para a construção das amostras para a aplicação do PISA em Portugal em 2015 e em 2012;
2. Cópia dos documentos com a composição da amostra realizada para a aplicação dos testes PISA destacando nomeadamente:
 - a) O número de alunos do ensino vocacional de básico;
 - b) O número de alunos do ensino profissional;
3. Cópia dos documentos em que conste, de forma inequívoca, o número de testes efetivamente aplicados a:
 - a) alunos do ensino vocacional de básico;
 - b) alunos do ensino profissional;
4. Comparação da estrutura das amostras e dos respetivos resultados, isolando o vocacional de básico, no PISA em 2015 e 2012;
5. Informação sobre a taxa de abandono escolar, retenção, prossecução de estudos para o secundário por via de ensino e resultados nos exames de 9º ano de todos os alunos que iniciaram vocacional de básico nos anos letivos 2012/13, 2013/14, 2014/15.

Palácio de São Bento, terça-feira, 20 de Dezembro de 2016

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)